

**Integra do discurso do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, nesta quarta-feira (12), na plenária da 112ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT), em Genebra, na Suíça.**

Neste ano, em que celebramos 80 anos da declaração de Filadélfia, quero começar recordando seu princípio fundamental que diz: “o trabalho não é uma mercadoria”, e afirmando que o trabalhador é um sujeito de direitos e pilar fundamental da sociedade.

Também quero agradecer ao amigo Houngbo, pelo relatório “rumo a um contrato social renovado”, com diretrizes para o mundo atual do trabalho. Nele, o diretor geral descreve elementos do contrato social renovado e menciona, entre outros fatores, a dimensão ambiental. No Brasil, a sustentabilidade e a transição justa são prioridades, inclusive para nossa presidência do G20, e por isso, não posso deixar de mencionar as enchentes no Sul do nosso país, que destruíram cidades inteiras e deixaram 615 mil desalojados, 178 mortos até agora, além de mais de 38 desaparecidos.

Não há como escapar da mudança climática, não há como fugir das consequências de anos de destruição de ecossistemas globais. O Governo Lula está fazendo o possível para minimizar o impacto humano e econômico e já liberou mais de 60 bilhões de reais ao Estado. Somente na semana passada, o Ministério do Trabalho garantiu mais de R\$1,2 bilhão para o pagamento de dois salários-mínimos para 430 mil trabalhadores e trabalhadoras das áreas

atingidas pelas enchentes, com a contrapartida de que as empresas garantam emprego por quatro meses.

Ainda, segundo o relatório do caro Houngbo, o novo contrato social tem de ser baseado no respeito aos direitos humanos na distribuição justa da riqueza e dos frutos do progresso.

Isso me recorda que no Brasil promovemos a recuperação da política de valorização real do salário-mínimo, garantindo aumento acima da inflação.

Em dezembro de 2023, o presidente sancionou a lei sobre a taxação de fundos exclusivos. Como resultado, tivemos, nos primeiros meses do ano, a melhor arrecadação desde o ano 2000, mas entendemos que é preciso mais: temos de taxar globalmente as grandes fortunas. Sem isso, não será possível acabar com a miséria e a fome no mundo. O governo brasileiro entende que enquanto houver desigualdade em qualquer lugar do mundo, não haverá justiça social.

Também apresentamos uma proposta para regularização do trabalho por aplicativos de quatro rodas, que deve ser votada neste ano. A proposta visa a proteção e remuneração justas com jornada de trabalho digna para motoristas, baseada no binômio Autonomia com Direitos. E, aqui, cito o diretor-geral: “é necessário que as normas respondam a um mundo do trabalho em transformação”. Ademais, firmamos pactos nacionais e setoriais para promoção do

trabalho decente na vitivinicultura e na cafeicultura, aplicando assim o direito fundamental a um ambiente de trabalho seguro e saudável, princípio inescapável desse novo contrato social.

Nosso Ministério também mantém e fortalece programas de qualificação para pessoas resgatadas de situações de trabalho escravo e para aquelas retiradas de atividades precárias, nocivas e poluentes. O governo do presidente Lula segue alinhado com esta casa e promulgou a lei da igualdade salarial entre mulheres e homens. Mas essa igualdade nunca será completa sem uma política de cuidados. O cuidado é um direito e uma necessidade universal, um verdadeiro bem público, com valor social e econômico. sem uma política justa de cuidados não se renova o contrato social.

É necessário enfrentar a divisão sexual e racial no trabalho, que sobrecarrega em especial as mulheres negras, indígenas e migrantes para garantir a autonomia social e econômica. é fundamental avançar na valorização de todas as profissionais do cuidado, inclusive as domésticas, bem como na corresponsabilização do Estado, da sociedade, das empresas e das famílias na redistribuição do trabalho de cuidado.

O relatório do diretor geral fala também da importância da democracia no trabalho, e entendemos como fundamental o fortalecimento das instituições de diálogo social: sindicatos, associações de empregadores e outras organizações da sociedade

civil. a negociação coletiva é ferramenta poderosa para consenso e justiça social.

Estamos ativos no cenário global na busca por um mundo em que a economia sirva à sociedade e não o contrário, como disse, nesta plenária, a professora Gosh, para tanto, lançamos a parceria com os EUA pelo direito dos trabalhadores e nos somamos ao amigo Houngbô, na copresidência da Coalizão Global para a Justiça Social, por um contrato social renovado. Nesta missão, apoiamos o avanço de uma carta global de direitos laborais, promovida por vários países latino-americanos e europeus, como uma contribuição da OIT para a próxima cúpula social em 2025 e convidamos a todos para nos acompanhar.

Para finalizar, quero registrar a opinião e o desejo do Brasil de ver a Palestina como membro pleno da OIT.

Muito obrigado